



Prefeitura de
ITURAMA/MG
TRABALHO QUE GERA RESULTADO
Adm: 2021/2024



2021/04/13 14:00:00
CÂMARA MUNICIPAL - ITURAMA - MG

MENSAGEM Nº 21/2021

Senhor Presidente,

Senhoras Vereadoras,

Senhores Vereadores,



Tenho a satisfação de apresentar o Projeto de Lei nº 21, de 13 de abril de 2021, que **“Autoriza o Município de Iturama a celebrar acordo extrajudicial de parcelamento de débitos junto a COPASA referente aos serviços de fornecimento de água e esgoto dos exercícios de 2017, 2018, 2019 e 2020 e um parcelamento não adimplido referente a débitos de 2017.”**

O débito da Prefeitura Municipal de Iturama com a COPASA até a presente data, referente aos exercícios de 2017, 2018, 2019 e 2020 atingem o montante de R\$ 2.281.067,45 (dois milhões, duzentos e oitenta e um mil, sessenta e sete reais e quarenta e cinco centavos).

Tendo em vista que o Município de Iturama está inadimplente, perdeu o desconto de pontualidade de 50% nas tarifas referente ao Programa de Desconto ao Poder Concedente – PDPC e está impedido de celebrar novos convênios ou parcerias com a COPASA.

Sendo assim, diante da gravidade e do dano ao erário público o Município perdeu nos últimos 4 anos em virtude da inadimplência (tendo em vista que o desconto pontualidade se aplica ao pagamento na data do vencimento) mais de R\$ 1.233.785,76 (um milhão, duzentos e trinta e três mil, setecentos e oitenta e cinco reais e setenta e seis centavos).

A COPASA concordou em parcelar o débito em até 120 meses e retornar o desconto por pontualidade (PDPC) ao Município de Iturama de forma imediata,



Prefeitura de
ITURAMA/MG
TRABALHO QUE GERA RESULTADO
Adm: 2021/2024



isentando a multa pela inadimplência, e ainda ofertando um desconto de 20% no valor dos juros e atualização monetária.

O Valor médio mensal será da ordem de R\$ 24.314,38 (vinte e quatro mil, trezentos e trinta e quatorze reais e trinta e oito centavos).

Cumpre ressaltar que o parcelamento dos débitos nos moldes propostos, além de corrigir ato administrativo reconhecido como ilegal /ou ímprobo, apresenta solução para evitar um conflito judicial e administrativo onde a FAZENDA PÚBLICA restará vencida, bem como promove ganho, tendo em vista que o ente público poderia ficar privado do fornecimento do serviço de água e esgoto, gerando prejuízo a prestação dos serviços públicos a população de Iturama, além de permitir o parcelamento do montante com a melhor alocação dos recursos públicos dentro de um planejamento orçamentário pré-determinado.

Dessa forma o parcelamento proposto respeita a probidade administrativa e preconiza o interesse público, produzindo ganho tanto no aspecto financeiro como na solução consensual do conflito.

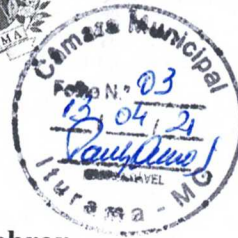
Expostas, assim, razões de minha iniciativa, submeto o assunto a essa Casa de Leis, contando com a aprovação da matéria em pauta, em caráter de urgência.

Iturama-MG, 13 de abril de 2021.


CLAUDIO TOMAZ DE FREITAS
Prefeito do Município de Iturama/MG.



Prefeitura de
ITURAMA/MG
TRABALHO QUE GERA RESULTADO
Adm: 2021/2024



PROJETO DE LEI Nº 21, DE 13 DE ABRIL DE 2021.

“Autoriza o Município de Iturama a celebrar acordo extrajudicial de parcelamento de débitos junto a COPASA referente aos serviços de fornecimento de água e esgoto dos exercícios de 2017, 2018, 2019 e 2020 e um parcelamento não adimplido referente a débitos de 2017.”

O Prefeito do Município de Iturama, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, com fundamento no inciso I, do artigo 69, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele, sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica Autorizado o Município de Iturama a celebrar acordo extrajudicial de parcelamento de débitos junto a COPASA, referente aos serviços de fornecimento de água e esgoto dos exercícios de 2017, 2018, 2019 e 2020 e um parcelamento não adimplido referente a débitos de 2017.

Art. 2º Os débitos referentes aos exercícios do artigo 1º, perfazem o montante de R\$ 2.281.067,45 (dois milhões, duzentos e oitenta e um mil, sessenta e sete reais e quarenta e cinco centavos).

Parágrafo Único A COPASA concederá desconto de 100% do valor da multa e 20% de juros e atualização monetária.

Art. 3º O parcelamento se dará em até 120 meses, com valor mensal aproximado de R\$ 24.314,38 (vinte e quatro mil, trezentos e quatorze reais e trinta e oito centavos).


§ 1º A taxa de juros aplicados ao mês corresponderá a 0.5% + IPCA anual.

§ 2º Com o Parcelamento do debito a COPASA retonará o desconto por pontualidade ao município de Iturama de forma imediata (PDPC).

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações existentes no orçamento em vigor.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Iturama-MG, 13 de abril de 2021.


CLAUDIO TOMAZ DE FREITAS
Prefeito do Município de Iturama/MG.